



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022 – N.º 1/2022 – MANDATO 2021-2025

--- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja Mesa é composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, que foi secretariada pela primeira Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho e pelo segundo Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona. -----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais: -----

- Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----

- João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----

- Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista) -----

- Armindo Pinto Batata (TPA – Todos por Alpiarça)-----

- Rita João Conim Pinto (Partido Socialista) -----

- Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----

- Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----

- Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (Coligação Democrática Unitária) -----

- Artur Jorge Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----

- Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----

- João Pedro Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

- Ana Rita Campos Fernandes (Coligação Democrática Unitária) -----

- Ana Rodrigues D'Almeida (Coligação Democrática Unitária) -----

- João André Apolinário Freilão (Coligação Democrática Unitária) -----

- Jorge Manuel Pereira da Costa (Representante da Junta de Freguesia) -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

- Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes (Partido Socialista) -----

- João Pedro da Costa Arraiolos (Coligação Democrática Unitária) -----

- Jorge Manuel Claudino de Freitas (Partido Socialista) -----

- Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo (Coligação Democrática Unitária) -----

- Ana Margarida Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01 - Procedimento concursal para nomeação em regime de comissão de serviço do Cargo de Di-**

reção Intermédia de 4.º Grau da Unidade Orgânica de Urbanismo, Serviços Técnicos e Fiscalização – Aprovação da Composição do Júri. Para deliberação. -----

--- Ponto 02 - Procedimento concursal para nomeação em regime de comissão de serviço do Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau da Unidade Orgânica de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos – Aprovação da Composição do Júri. Para deliberação. -----

--- Ponto 03 - Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Mapa de Pessoal para 2022. Para deliberação. -----

--- Ponto 04 - Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso. Para conhecimento. -----

--- Ponto 05 - Proposta – Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Revisão N.º 1. Para deliberação. -----

--- Ponto 06 - Apreciação do Relatório Anual de Atividade de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Para conhecimento. -----

--- Ponto 07 – Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas no 20 e 29 de dezembro de 2021. Para deliberação. -----

--- Ponto 8 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. -----

--- Moção “*Transferência de Competências*” apresentada pelo senhor Deputado João André Freilão da Bancada da CDU. -----

--- Saudação “*8 de março – Dia Internacional da Mulher*” apresentada pela senhora Deputada Ana D’Almeida da Bancada da CDU. -----

--- Voto de Louvor ao Vice-Campeão Nacional de Ciclocross Duarte Galvão apresentado pelo senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS. -----

--- Voto de Pesar pelo falecimento de Júlio Coelho do Céu Sanfona apresentado senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS. -----

--- Moção de Censura “*Violação do Direito Internacional por parte da Rússia*” apresentada pelo senhor Deputado Abel Pedro da Bancada do PS. -----

--- A sessão foi aberta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- A Presidente da AM informou que, na bancada da CDU, pediram suspensão do mandato, o Senhor Deputado Mário Pereira e a Senhora Deputada Anabela Costa, tendo sido substituídos pela Senhora Deputada Ana Almeida e o Senhor Deputado João Freilão, respetivamente. -----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- A Senhora Presidente da AM deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Foi dada a palavra ao munícipe Joaquim Rosa do Céu, afirmando o cidadão que o assunto da sua intervenção era o legado Manuel Nunes Ferreira, que tinha como beneficiário único e exclusivo a Fundação José

Relvas. Seguidamente, apresentou um documento onde constava um quadro contendo os seguintes dados: no ano dois mil e sete, o Município de Alpiarça despendeu, em obras de conservação do legado Manuel Nunes Ferreira, 52.248,25 euros (cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos). Entre os anos dois mil e sete a dois mil e nove, os valores indicados pela Fundação José Relvas ao Tribunal estavam titulados por documentos de despesa e referenciavam a empresa à qual foi entregue a execução dos trabalhos, estando essa despesa titulada de “cliente efetivo”. A partir de dois mil e dez, afirmou o cidadão, os valores foram declarados sem qualquer tipo de titularidade de despesa, não existindo um documento comprovativo que, contabilisticamente, provasse que essa despesa era real, efetiva e verdadeira. Esses valores estavam declarados pelo Município de Alpiarça e totalizavam, nesse período, 203.666,48 euros (duzentos e três mil, seiscentos e sessenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos). Declarou, ainda, ser do conhecimento público o contencioso existente entre a Fundação José Relvas e o Município de Alpiarça o que, em dois mil e dezasseis, levou a Fundação José Relvas a intentar uma ação contra o Município, reivindicando os valores considerados seus por direito. Era, também, do conhecimento público que a ação tinha terminado, tendo o recurso da Câmara sido considerado como improcedente. No entanto, continuou, em dois mil e vinte, o Município de Alpiarça indicou ao Tribunal a correção dos valores que tinham sido declarados anteriormente, ou seja, em dois mil e sete o que foi gasto em obras de conservação não foram 52.048,25 euros (cinquenta e dois mil e quarenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), mas foram 100.609,00 euros (cem mil e seiscentos e nove euros), no ano dois mil e quatorze não foram 11.566,41 euros (onze mil e quinhentos e sessenta e seis euros e quarenta e um cêntimos), mas foram 380.000 euros (trezentos e oitenta mil euros) e no ano dois mil e quinze não foram 2.384,56 euros (dois mil e trezentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), mas 22.965,00 (vinte e dois mil e novecentos e sessenta e cinco euros). Conclusão, o Município de Alpiarça, em dois mil e vinte um, disse em Tribunal que se tinha enganado em 503.574,00 euros (quinhentos e três mil e quinhentos e setenta e quatro euros) que não tinha declarado e que agora declarava. Em suma, veio corrigir o valor que estava titulado por despesa com o nome da empresa, com o período em que a obra tinha sido feita e que tinha sido indicado pelo outro Executivo, ou seja, concluiu, vieram corrigir valores do outro Executivo. Em dois mil e sete, não era o mesmo Executivo e existiam novos valores que foram presentes em tribunal. Questionou ainda, quais os valores a serem considerados, os valores declarados em dois mil e dezasseis ou nos valores que foram declarados em dois mil e vinte. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Eduardo Costa, referindo que o primeiro tema tinha a ver com a clarificação final sobre a intervenção provocatória do senhor Deputado Armindo Batata, na primeira Sessão da Assembleia Municipal, uma vez que o mesmo o tinha interrompido para questionar sobre a sua morada oficial, o que considerava lamentável, porque residia em Alpiarça há mais de 30 anos. -----

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Armindo Batata para referir que a intervenção do Senhor município constituía um ataque contra si enquanto Deputado Municipal e, de seguida, abandonou a sessão da Assembleia Municipal (eram 21h05m). -----

--- Tomou de novo a palavra o Senhor município Eduardo Costa, para referir que não estava a atacar o se-

nhor Deputado e, como tal, gostaria que isso ficasse a constar da ata. Continuou, dizendo que o segundo tema da sua intervenção seria a questão da divulgação das sessões online, sendo esta, considerou, uma boa sessão para ser divulgada online porque os portugueses, em geral, e os alpiarcenses, em particular, tinham direito de saber o que se passava nas reuniões. O terceiro tema prendia-se com a questão da invasão da Ucrânia, havendo um partido em Portugal que entendeu não condenar a situação, pelo que o cidadão gostaria de saber se os deputados democráticos iam colocar alguma moção de repúdio e se os deputados do PCP iam ter a coerência de manter a posição assumida pelo seu partido.-----

---- Foi dada a palavra ao cidadão João Serrano que abordou a questão do Itinerário Complementar número três (IC3), sendo que o mesmo estava aprovado pelo estudo de Impacto Ambiental de 2007 da empresa Telas de Portugal e que só teria vantagens para a região. Por outro lado, a sua não concretização colocava problemas gravíssimos de trânsito, nomeadamente os estrangulamentos na ponte da Chamusca. Na sua opinião, seria necessário os grupos parlamentares discutirem a necessidade e a urgência do governo conseguir implementar este projeto, sucessivamente adiado, que seria fundamental nesta região. -----

--- Interveio a Senhora Presidente da AM para referir que, relativamente à participação do munícipe Eduardo Costa na intervenção do público, considerava que deu cumprimento ao estipulado no Regimento. O mesmo pede a morada pelo que teria de aceitar a intervenção dos cidadãos. Relativamente à modalidade das sessões, referiu que o Regimento estava a ser construído para posterior discussão e aprovação. -----

---A Senhora Presidente da AM deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara a qual esclareceu, relativamente à intervenção do cidadão Joaquim Rosa do Céu que, quando iniciou as funções, estava pendente o recurso do Município relativamente a uma sentença condenatória proferida em sede de ação, promovida pela Fundação José Relvas contra o Município. Quer a ação quer a condenação estavam, efetivamente, assentes em dados que tinham sido fornecidos pelo Município para efeitos de contabilização de formalização do pedido, por parte da Fundação José Relvas. Afirmou, ainda, ser o Município a entidade que administrava os legados com a finalidade de entregar os seus resultados líquidos à Fundação José Relvas, tal como estava instituído. No respeitante ao legado Manuel Nunes Ferreira, o Executivo tinha tentado perceber e conhecer, com maior detalhe, o ponto de situação relativamente ao cumprimento da obrigação de entrega dos resultados líquidos destes legados à Fundação, tendo constatado que, nalguns casos, os imóveis tinham arrendatários e portanto, rendimentos percecionados, mensalmente, pelo Município. Referiu, ainda, existirem outros imóveis com pouquíssimos arrendatários e situações de apartamentos devolutos e a necessitarem de intervenções ao nível das estruturas e da conservação dos elevadores, tendo, inclusive, sido recebida uma notificação da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de proceder, urgentemente, à reparação dos elevadores, sob pena destes serem encerrados. A Senhora Presidente da Câmara confirmou estar o Município obrigado a cumprir o que a sentença condenatória tinha determinado pagar à Fundação José Relvas os montantes que deviam ter sido entregues e não foram, sendo incompreensível o facto do Município não ter na conta dos legados o valor suficiente para fazer face ao pagamento da dívida. No entanto, afirmou que o Município iria resolver a situação, tendo capacidade de fazer uma primeira transferência devido à possibilidade de venda de um lote na Zona Industrial. Caso a referida venda não se concretizasse a única hipótese

seria um empréstimo bancário para cumprir a sentença. A Senhora Presidente afirmou existir a dúvida relativamente ao facto de os legados serem geridos em conjunto ou em separado, tendo esta sido uma questão sempre colocada pelo anterior Executivo, como uma espécie de motivo, ou argumento, para não cumprimento do que estava determinado. Contudo, na sua opinião, não existem dúvidas que os legados são patrimónios autónomos e que servem para financiar as suas despesas ou as suas próprias dívidas. Acrescentou, também, que o seu património servia, exatamente, o sentido que os legatários lhe tinham dado e não aquele que o Município, eventualmente, pudesse definir. A Presidente informou, ainda, que o atual Executivo não tinha informação clara sobre o destino dos montantes que não foram aplicados nos imóveis ou entregues à Fundação, e, portanto, neste momento estavam numa fase de apuramento para tentar perceber que despesas foram ou que situações, e para onde foram encaminhados os montantes não constantes na conta bancária. Concluiu declarando que o atual Executivo, para além de cumprir o que estava determinado na sentença, iria fazer a gestão dos legados de uma forma substancialmente diferente, criando condições para que estejam ocupados e, simultaneamente, sirvam o propósito para o qual os seus beneméritos os destinaram. Relativamente à questão que o senhor Eduardo Costa colocou acerca das sessões online, disse tratar-se de uma questão que cabia à Assembleia mas, à semelhança do que se passava nas reuniões de Câmara, o Executivo era favorável a que a Assembleia definisse um modelo de transmissão online. Informou, também, que com o objetivo de descentralizar, a próxima reunião de Câmara seria dia 10 de março, no Casalinho. As outras sessões de Câmara seriam noutros pontos do Concelho. No que respeita à intervenção do cidadão João Serrano sobre o IC3, a Senhora Presidente disse tratar-se de uma questão que, genericamente, todos os municípios da região tinham interesse na construção do IC3, debatendo-se pela sua construção. Afirmou, ainda, que o projeto já tinha constado várias vezes em PNR (Plano Nacional Rodoviário), esclarecendo que as questões da coesão territorial e do investimento em estradas tiveram um tempo específico ao nível dos apoios comunitários, sendo, no momento, mais difícil de obter. -----

--- A Senhora Presidente da AM tomou a palavra, justificando ter dado a palavra ao Senhor Eduardo Costa para clarificar a sua posição, uma vez que na reunião da Assembleia Municipal, a palavra era concedida ao público para intervir nos termos do artigo 18.º do Regimento. Afirmou, ainda, que o período de intervenção do público se destinava à apresentação dos assuntos de interesse municipal, bem como a pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa, acrescentando que o Senhor Deputado Armindo Batata, também tinha tido a oportunidade de se pronunciar no período da ordem do dia. Frisou que não retirou a palavra a ninguém, limitando-se a dar cumprimento ao Regimento. Referiu, relativamente ao Regimento, que não havia nada que dissesse que apreciação da informação da Senhora Presidente tinha que ser um ponto da ordem de trabalhos, porque a alínea c) que o senhor Deputado João Osório referia, dizia que devia ser apreciada em cada uma das reuniões ordinárias uma informação escrita, mas não dizia que ia como ponto de ordem de trabalhos. Perguntou, ainda, onde é que estava referido no Regimento que tal ponto tinha que integrar a ordem de trabalhos, como já tinha sido referido pelo Senhor Deputado João Osório noutras sessões. Relativamente à participação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, referiu que não lhe ia de forma nenhuma cortar a palavra, e o que simplesmente tinha dito na outra reunião, e dadas as condições que também exis-

tiam, não via muito essa necessidade, mas não lhe caberia a si cortar a palavra. Referiu que o que tinha dito vinha na sequência do que tinha acontecido na anterior Assembleia de Freguesia, à qual pertencia, que sempre que colocavam uma pergunta relativamente ao desenvolvimento da Assembleia Municipal, também não ouviam essa resposta, porque a resposta que era dada, era que tinham representantes na Assembleia Municipal. Concluiu, referindo que se o Senhor Presidente da Junta quisesse usar a palavra, tinha toda a liberdade como qualquer outro e mais ainda por ser Presidente da Junta, mas aquela segunda ronda destinava-se a dúvidas colocadas no decurso daquilo que tinham sido as perguntas feitas ao Executivo. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Osório, que pediu para ser elucidado sobre em que momento iria ser discutida a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara. -----

--- A Senhora Presidente da AM tomou a palavra para esclarecer que podia ser no período antes da ordem do dia, porque o Regimento não dizia que tinha de ser um ponto, sendo que em relação às reclamações isso era explícito, mas relativamente a tal informação, não estava nada no Regimento a dizer que tinha de ser um ponto de ordem de trabalhos. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Osório que referiu que o período antes da ordem do dia não fazia parte da ordem de trabalhos e, como tal, se a lei dizia que a informação tinha que ser apreciada, tal ponto tinha que fazer parte da ordem do dia. -----

--- A Senhora Presidente da AM tomou a palavra, referindo que tal informação tinha que ser apreciar em cada uma das sessões ordinárias. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Osório que referiu que era exatamente isso, sendo que na sessão ordinária, a informação era apreciada na ordem do dia, mas já que estavam dois juristas na sala, os mesmo saberiam fundamentar melhor o que estava a dizer, sendo certo que o período antes da ordem do dia se destinava às intervenções que os membros da Assembleia pretendessem fazer e não à discussão ou apreciação de assuntos que a Assembleia legalmente tinha que apreciar. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor Deputado João Osório tomou a palavra, questionando sobre a situação da revisão do PDM de Alpiarça, uma vez que muito se tinha falado sobre o assunto na comunicação social. Na sua opinião, a Câmara Municipal de Alpiarça estava ao mesmo nível das restantes Câmaras, estando a Câmara de Alpiarça no mesmo ponto de situação em relação a vinte e duas câmaras municipais. Considerou estar a transformar-se a situação num ato político, para pôr em causa a gestão do anterior Executivo tendo o atual Executivo referido numa reunião de Câmara que havia um documento que poderia pôr em risco a questão de uma ERPI. Seguidamente, referiu--se à Escola de Ciclismo, uma vez que os atletas foram proibidos de fazer o treino no Complexo Desportivo dos Patudos, ao fim de três meses de treino. E por último, gostaria de saber da situação da representante da Fundação José Relvas, filha do Senhor Presidente da Fundação e nomeada pela Senhora Presidente de Câmara como representante do Município. Afirmou que a situação devia ser esclarecida já que se aproximava o período de aprovação das contas, colocando-se a questão de tal não ser possível por a lei dos deveres dos eleitos locais dispor, no seu artigo 4.º, que não podem intervir em processos e negócios com outras pessoas que tenham interesses na intervenção na qualidade de conjugues, parentes de

fim da linha reta ou em linha colateral e outros. -----

--- A Senhora Deputada Fernanda Garnel tomou a palavra, questionando sobre o Mercado de Natal, pretendendo saber se já havia algum retorno sobre a aceitação, tanto por parte dos comerciantes como da população em geral, do novo formato do Mercado de Natal. -----

--- O Senhor Deputado João Céu tomou a palavra, referindo que o atual Executivo encontrou algumas obras em curso, nomeadamente a segunda fase do Mercado Municipal, os balneários do Estádio Municipal, pelo que gostaria de saber se já estavam concluídas ou qual era o ponto de situação. Questionou, igualmente, sobre as obras do alcatroamento no Frade de Cima, assim como as da Escola EB 2,3/S de José Relvas. -----

--- A Senhora Deputada Ana Rita Fernandes tomou a palavra para referir que tinha andado a fazer caminhadas por alguns espaços e gostaria de referir que, no Parque do Carril, haveria algumas coisas a melhorar, por exemplo, um buraco que estava por tapar há algumas semanas, as folhas por aspirar, a relva por cortar, entre outros. Tinha muita pena de não ver a mesma manutenção naquele parque que via na zona envolvente da Barragem. Questionou se os visitantes que preferiam aquele espaço, não tinham direito a um espaço verde e cuidado como o da zona da Barragem. Concluiu, perguntando quanto tempo demorava tapar um buraco e voltar a colocar o bebedouro no sítio. -----

--- O Senhor Deputado Celestino Brasileiro tomou a palavra, referindo que gostaria de colocar uma questão sobre uma reunião que houve na CCDR, no dia 26 de janeiro de 2022, sobre postos de carregamento elétrico e sobre uma reunião com a Ecoléziria, no dia 14 de fevereiro de 2022, sobre a recolha integrada de lixo. Salientou, ainda, que estava bastante satisfeito pela conclusão do processo de asfaltamento das ruas no concelho de Alpiarça, processo iniciado pelo executivo da CDU. Gostaria de deixar uma sugestão ou chamar a atenção para dois ou três aspetos, quer no arruamento da estrada que liga a Gouxá aos Gagos, quer no arruamento na própria estrada da Lagoalva que já estava alcatroada há mais tempo. Havia necessidade de normalizar algumas bermas junto ao alcatrão, sobretudo nos locais onde o alcatrão se encontrava mais alto e, também, nas entradas de algumas propriedades. Chamou a atenção para a estrada dos Gagos, em que não havia qualquer iluminação, questionando se estava prevista a colocação de marcas longitudinais. -----

--- O Senhor Deputado Abel Pedro tomou a palavra para referir que, durante o mês de janeiro, foi inaugurada mais uma valência, o CLAIM de Alpiarça. Gostava de saber qual era a mais valia daquele serviço e se as técnicas da Câmara Municipal tiveram formação para o desempenho das funções que estavam a desempenhar. -----

--- Interveio a Senhora Presidente de Câmara começando por responder ao Senhor Deputado João Osório, relativamente à questão da revisão do PDM, concordando ser um documento estratégico para o desenvolvimento do concelho. No entanto, referiu, gostaria que o Senhor Deputado tivesse pensado dessa forma quando teve a possibilidade de fazer alguma coisa para que o Plano se concretizasse, concluindo que, pelos vistos, nessa altura, não era uma prioridade, como também nem sequer era uma situação que deveria ser acompanhada com a devida diligência. A Câmara Municipal de Alpiarça não estava ao mesmo nível dos outros municípios, relativamente ao ponto de situação do seu PDM, designadamente não estava no mesmo ponto de situação que a maior parte dos municípios da comunidade da CCDRLVT. O Município não tinha ca-

pacidade técnica, como não tinham muitos outros municípios no país, para promover a revisão do PDM sozinho pelo que o anterior Executivo se tinha socorrido de uma empresa, no sentido de acompanhar e ajudar a instruir uma boa parte do trabalho. No entanto, adiantou, as empresas só conseguiam fazer o seu trabalho se lhes fosse disponibilizada informação à medida que iam construindo o seu próprio plano, formulando os documentos necessários para proceder à revisão do PDM. Relativamente à Escola de Ciclismo, a Senhora Presidente esclareceu que os treinos não tinham sido proibidos mas, à revelia do Executivo e de qualquer documento existente no Município, relativamente à possibilidade de utilização de um determinado espaço, estavam a decorrer os treinos na zona relvada contígua aos balneários do Complexo Desportivo. O entendimento do Executivo era não ser aquele o sítio indicado já que punha em causa a continuidade daquele relvado. Informou ter sido comunicado à Escola de Ciclismo a necessidade de criação de um espaço alternativo para que os atletas pudessem treinar sem ser no relvado. A Escola de Ciclismo estava, igualmente, a utilizar um circuito coincidente, em diversos sítios, com um circuito de manutenção e, também essa situação deveria ser alterada, considerando que o circuito de manutenção deveria ser seguro para as pessoas que transitam nele a pé. A Senhora Presidente declarou que iria ser encontrada uma solução alternativa para que a Escola de Ciclismo pudesse ter uma pista para os seus atletas praticarem a sua modalidade desportiva. No que dizia respeito ao representante do Município na Fundação, a Senhora Presidente informou ter feito um pedido de parecer a um jurista, sendo este claro relativamente à não existência de qualquer tipo de incompatibilidade. O Senhor Deputado João Osório referiu que o artigo 4.º do Estatuto dos Dirigentes Públicos impedia a intervenção em negócios com parentes. No entanto, afirmou, a representatividade do Município na Fundação José Relvas não é um negócio, não estando a Senhora Vereadora no Conselho de Administração da Fundação por direito próprio ou de modo próprio, estava em representação de uma entidade, logo a sua votação, as considerações e as questões por si colocadas eram definidas pelo Executivo. Relativamente à questão do Mercado de Natal colocada pela senhora Deputada Fernanda Garnel, o feedback foi que a organização e modelo de Mercado Natal foram bem sucedidos, uma vez que foram concentrados os festejos do Natal e respetivas comemorações num só espaço. Da parte dos comerciantes houve um parecer extremamente positivo, tendo a situação meteorológica impedido mais animação e movimento na rua. O balanço do Mercado de Natal foi extremamente positivo. À questão colocada pelo Senhor Deputado João Céu sobre o ponto de situação das obras do mercado, a Senhora Presidente respondeu que, relativamente à segunda fase da obra tiveram uma dificuldade no primeiro piso já que este apresentava algumas desconformidades, em termos de execução, não tendo sido fácil gerir a situação com a empresa, uma vez que esta não assumia as suas responsabilidades. A parte superior do mercado ainda não estava totalmente disponível, tendo havido a necessidade de criar um conjunto de espaços de arrecadação para os comerciantes armazenarem os stocks. Salientou que, em relação ao CRO, pelo seu custo era expectável uma intervenção mais profunda e adequada, existindo algumas situações que não se podiam corrigir, mas iriam tentar minimizar, havendo um conjunto de situações que, por razões diversas, não foram devidamente acauteladas, como por exemplo, o gatil ser feito em rede e não tinha uma cobertura, pelo que os gatos fugiam do mesmo. Acrescentou, ainda, que, relativamente aos balneários a situação era parecida. Estava previsto fun-

cionarem com gás natural e com painéis fotovoltaicos, mas não existia ligação à rede de gás natural pelo que houve necessidade de fazer uma puxada do ramal do gás. Também não estava previsto um investimento para os arranjos exteriores, mas os mesmos estavam a ser feitos. Frisou, ainda, que as obras referentes ao alcatroamento de algumas ruas não avançaram porque não estavam reunidas as condições necessárias para se fazer um trabalho em segurança, e com um caráter mais definitivo e durável. Aproveitou para responder ao Senhor Deputado Celestino Brasileiro, referindo que já estavam pedidos orçamentos para efetuar as marcações na estrada. Relativamente à Escola EB2,3/S de José Relvas não iniciaram imediatamente a obra por duas razões fundamentais: havia um conjunto de situações que deviam ter sido previstas e não o estavam, nomeadamente a intervenção no refeitório. Uma vez que este espaço merecia ter melhores condições e iria ser substituído um conjunto de equipamentos, entre eles, a rede de gás e a canalização. Relativamente, à questão colocada pela Senhora Deputada Ana Rita sobre o Parque do Carril, a Senhora Presidente informou que o mesmo tem tido manutenção, não existindo nenhuma discrepância em termos de valorização dos espaços verdes do Município. Quanto à questão que o Senhor Deputado Celestino Brasileiro tinha colocado em relação à reunião da Comunidade Intermunicipal sobre os pontos de carregamento elétrico, foi solicitado ao Município quais os pontos de carregamento elétrico que queriam no Concelho. Assim, propôs-se, além do inicialmente previsto, a colocação de pontos de carregamento elétrico no Frade de Cima e no Frade de Baixo. Informou, também, que a reunião com a Ecoléziria, dizia respeito à recolha do lixo, sendo preocupante a situação do Município porque deixava de ter capacidade de fazer a recolha do lixo, pelo menos nos moldes em decorria. Essa reunião tinha tido a ver, sobretudo, com o pedido feito à Ecoléziria no sentido de realizarem um estudo relativamente ao impacto e à viabilidade de uma recolha integrada do lixo. No que concerne à estrada da Lagoalva, estavam a melhorar alguns aspetos, nomeadamente a compactação das bermas com toutvenant. Quanto à questão do Senhor Deputado Abel Pedro, esclareceu que o Município encetou conversações com o Alto Comissariado para as Migrações porque este serviço, o CLAIM, era uma mais-valia para o Concelho visto existir uma comunidade migrante já com alguma dimensão, enfrentando algumas dificuldades inerentes à sua integração. -----

--- Finalizadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 01 – Procedimento concursal para nomeação em regime de comissão de serviço do Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau da Unidade Orgânica de Urbanismo, Serviços Técnicos e Fiscalização – Aprovação da Composição do Júri.** -----

--- A Senhora Presidente da AM apresentou a seguinte proposta: *“Proposta Procedimento Concursal Para Nomeação Em Regime De Comissão De Serviço Do Cargo De Direção Intermédia De 4.º Grau Da Unidade Orgânica De Urbanismo, Serviços Técnicos E Fiscalização – Aprovação Da Composição Do Júri - Considerando que: - Em reunião da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada em 25 de Fevereiro de 2021 e sessão da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de criação de unidades orgânicas de direção intermédia de 4.º grau; - Existe necessidade de se proceder à seleção de*

um candidato, para o provimento do cargo de dirigente intermédio de 4.º grau da Unidade Orgânica de Urbanismo, Serviços Técnicos e Fiscalização, a fim de satisfazer as reais necessidades específicas naquele domínio; - O júri deve ser designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto; Proponho No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que a Câmara Municipal delibere aprovar a composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de dirigente de 4.º grau da Unidade Orgânica de Urbanismo, Serviços Técnicos e Fiscalização e submeter a presente proposta à apreciação da Assembleia Municipal: - Presidente do Júri: Evelina Maria Cebola Mendes, Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento, Ambiente e Equipamentos do Município da Chamusca; - Vogais efetivos: Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3.º grau da Unidade Orgânica Financeira do Município de Alpiarça e Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e de Recursos Humanos do Município de Alpiarça; - Vogal Suplente: Fábio de Jesus Santo Correia, Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Alpiarça. A Presidente da Câmara Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes”-----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 02 – Procedimento concursal para nomeação em regime de comissão de serviço do Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau da Unidade Orgânica de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos**

--- **Aprovação da Composição do Júri.** -----

--- A Senhora Presidente da AM apresentou a seguinte proposta: “Proposta Procedimento Concursal Para Nomeação Em Regime De Comissão De Serviço Do Cargo De Direção Intermédia De 4.º Grau Da Unidade Orgânica De Obras Municipais, Ambiente E Serviços Urbanos – Aprovação Da Composição Do Júri - Considerando que: - Em reunião da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada em 25 de Fevereiro de 2021 e sessão da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de criação de unidades orgânicas de direção intermédia de 4.º grau; - Existe necessidade de se proceder à seleção de um candidato, para o provimento do cargo de dirigente intermédio de 4.º grau da Unidade Orgânica de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos, a fim de satisfazer as reais necessidades específicas naquele domínio; - O júri deve ser designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto; Proponho No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que a Câmara Municipal delibere aprovar a composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de dirigente de 4.º grau da Unidade Orgânica de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos e submeter a presente proposta à apreciação da Assembleia

Municipal: - Presidente do Júri: Evelina Maria Cebola Mendes, Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento, Ambiente e Equipamentos do Município da Chamusca; - Vogais efetivos: Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica Financeira do Município de Alpiarça e Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e de Recursos Humanos do Município de Alpiarça; - Vogal Suplente: Fábio de Jesus Santo Correia, Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Alpiarça. A Presidente da Câmara Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes”. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Mapa de Pessoal para 2022.** -----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu que a proposta de aprovação da alteração ao mapa de pessoal para 2022 resultava da necessidade e da oportunidade de dotar o mapa com mais dois postos de trabalho, nomeadamente, um Assistente Operacional, Condutor de Máquinas e um Técnico Superior Veterinário Municipal. Esta necessidade era o resultado de, no caso do Veterinário Municipal, o anterior se ter aposentado, tendo o Município uma prestação de serviços com uma Veterinária.-----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 04 – Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso.** -----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por referir que a obrigação legal de apresentação da declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso refletia os dados relativos à declaração de pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2021 e, por isso, tinha valores relativos ao serviço de água e algumas prestações mensais devidas a organismos que o Município integra. Relativamente à declaração de recebimentos em atraso, também tinha um conjunto de recebimentos do Município, créditos que o Município tinha sobre várias pessoas e entidades. Nalguns casos, afirmou existirem acordos de pagamento que estavam a ser executados. O Executivo estava a avaliar a situação a fim de serem tomadas as devidas providências. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso. -----

--- **Ponto 05 - Proposta – Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Revisão N.º 1.** -----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para referir que a proposta de alteração orçamental visava incluir e criar algumas rubricas que não estavam previstas em orçamento e integrar os saldos de gerência. Decorrente da lei, esta modificação poderia ter sido feita mais tarde, mas foi antecipada para iniciar o pagamento da dívida com a Fundação José Relvas. Relativamente às rubricas sobre vigilância e segurança para eventos desportivos, houve a necessidade de assegurar este serviço durante as

provas desportivas, a fim de dar cumprimento às alterações legislativas. Relativamente ao CRO, foram incluídas duas rubricas, uma para aquisição de equipamentos administrativos e outra para aquisição de equipamento básico, que não estavam previstos na empreitada. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 06 - Apreciação do Relatório Anual de Atividade de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).** -----

--- A Senhora Presidente da AM tomou a palavra para informar que fez uma pequena síntese do relatório, a qual apresentou aos elementos presentes. -----

--- O Senhor Deputado João Osório tomou a palavra, para dizer que considerava pertinente obter informação sobre a assiduidade dos elementos designados pela Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Alargada.-----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do Relatório Anual de Atividades de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). -----

--- **Ponto 07 – Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas no 20 e 29 de Dezembro de 2021.** -----

--- O Senhor Deputado João Osório tomou a palavra para propor algumas alterações nas atas. -----

--- **Deliberação:** As atas de 20 e 29 de dezembro de 2021 foram aprovadas por unanimidade, pelos elementos presentes nas referidas reuniões. -----

--- **Ponto 8 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento.** -----

--- **Moção “Conclusão do IC3 – uma necessidade urgente”** apresentada pelo senhor Deputado Miguel Miranda da Bancada da CDU. -----

--- O Senhor Deputado João do Céu tomou a palavra para referir que a palavra “exigir” constante na moção não era a adequada visto a Assembleia não ter o poder de exigir. Na sua ótica, poderia recomendar, solicitar, dar indicações do que seria conveniente mas não teria legitimidade para exigir o que quer que fosse ao Governo. -----

--- **Deliberação:** A moção foi aprovada por unanimidade e consta em anexo à presente ata. -----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra ao senhor Deputado João Céu, que leu a seguinte declaração de voto: *“Eu voto favoravelmente porque acho que, é efetivamente, uma necessidade mas reafirmo o que disse na intervenção, que a Assembleia não tem legitimidade para exigir ao Governo uma consequência, caso não cumpra”*. -----

--- **Moção “Transferência de Competências”** apresentada pelo senhor Deputado João André Freilão da Bancada da CDU. -----

--- O Senhor Deputado Abel Pedro tomou a palavra, referindo que tal moção mostrava uma certa incoerên-

cia por parte da bancada da CDU, visto sempre terem sido contra a transferência de competências. Aquela era, na sua opinião, uma grande diferença entre o Partido Socialista e a CDU. -----

--- O Senhor Deputado Celestino Brasileiro tomou a palavra, respondendo que não era verdade que a CDU fosse contra o processo de descentralização para as autarquias, o que pretendiam era um processo sério de descentralização, em que não se criassem diferenças entre as populações. -----

--- **Deliberação:** A moção foi rejeitada por maioria, com 8 votos contra da Bancada do PS e 7 votos a favor, da Bancada do CDU, e consta em anexo à presente ata. -----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra ao Senhor Deputado Abel Pedro, que fez a seguinte declaração de voto: *“Sou contra porque a bancada do Partido Socialista é a favor da delegação de competências, já há muito tempo, sempre foi. Acha que o poder local é o melhor gestor dos recursos financeiros do poder central, sempre o defendemos e sabemos, também, que atingiu alguns pontos que podemos ainda, não ter a redação perfeita nesta descentralização, mas todos estamos a trabalhar no sentido de alterar e melhorar esses pontos de convergência, para podermos fazer esta transferência de competências séria, rigorosa, e que de certeza absoluta o poder local vai ter capacidade de poder ombrear com esta responsabilidade”*. ----

--- **Saudação “8 de março – Dia Internacional da Mulher” apresentada pela senhora Deputada Ana d’Almeida da Bancada da CDU.** -----

--- A Senhora Presidente da Câmara tomou a palavra para referir que, relativamente a esta moção de saudação, não bastava só ter palavras de ordem, era preciso fazer corresponder a essas palavras, atos concretos, ações concretas que materializem essa preocupação. Exemplificou o afirmado com a decisão recente de instituir a igualdade salarial entre homens e mulheres na AgroAlpiarça-----

--- **Deliberação:** A Saudação foi aprovada por unanimidade e consta em anexo à presente ata. -----

--- **Voto de Louvor ao Vice-Campeão Nacional de Ciclocross Duarte Galvão apresentado pelo Senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade e consta em anexo à presente ata. -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento de Júlio Coelho do Céu Sanfona apresentado Senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e consta em anexo à presente ata. -----

--- **Moção de Censura “Violação do Direito Internacional por parte da Rússia” apresentada pelo Senhor Deputado Abel Pedro, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** A moção de censura foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor do PS e 7 abstenções da CDU e consta em anexo à presente ata.-----

--- A Senhora Presidente da AM deu a palavra ao Senhor Deputado João Céu que declarou o seguinte: *“Na Ucrânia também existem mulheres, é só isto, quando acabamos de aprovar uma saudação que luta pelos direitos das mulheres, mas pelos vistos há pessoas, que não sabem que elas existem”*. -----

--- O Senhor Deputado João Osório tomou a palavra para ler a seguinte declaração de voto: **“Declaração de voto da bancada da CDU na Assembleia Municipal de Alpiarça Os eleitos da CDU consideram que a guerra é um dos maiores perigos que a humanidade enfrenta e não é solução seja para que problema for, sendo**

fundamentais quaisquer esforços para a evitar ou fazer cessar. Por isso, lamentando profundamente o derrame de sangue, a perda da vidas humanas e o conseqüente rasto de destruição que ficarão destas operações militares, consideramos que a situação que se vive no Leste Europeu exige de Portugal e do Governo português uma intervenção que contrarie essa escalada de confrontação política, económica e militar; uma intervenção que contribua para o desanuviamento da situação e para uma solução negociada que garanta a paz - desde logo recusando envolver militares portugueses em operações que contrariam esses objectivos. Parece-nos evidente que a situação que se vive na Ucrânia não é unicamente um problema entre russos e ucranianos nem apenas uma disputa por território ou demarcação de fronteiras. O problema é mais profundo, mais amplo e ultrapassa em muito o leste europeu. O problema de fundo que enquadra a situação que se vive na Ucrânia é o mesmo problema que já vimos acontecer na Jugoslávia, no Iraque, no Afeganistão, na Líbia ou na Síria. É o problema da utilização do cerco, da confrontação e da guerra para impor pela força relações económicas geradoras de maiores injustiças e desigualdades ou a apropriação de recursos naturais e energéticos. E o problema de se invocar ou se esquecer o direito internacional em função da conveniência de circunstância. É o problema da utilização da NATO como instrumento desses objectivos e o problema da subordinação da União Europeia à política belicista dos Estados Unidos e da NATO. Uma eventual nova guerra na Europa - que desejamos firmemente seja evitada - não serve aos ucranianos nem aos russos e tampouco serve aos restantes povos europeus. Mas serve ao Governo dos Estados Unidos e ao seu complexo industrial-militar. Quer para desviar atenções de problemas internos, quer para assegurar a venda de armamento em larga escala, quer ainda pelo aproveitamento económico de uma guerra a milhares de quilómetros das suas próprias fronteiras, o Governo dos Estados Unidos e o complexo industrial-militar americano são os verdadeiros interessados numa nova guerra na Europa e estarão certamente dispostos a sacrificar até ao último ucraniano ou europeu para a promover. Por outro lado, registamos o recente discurso de Putin, com afirmações que incorporam concepções próprias da Rússia czarista e que criticam decisões que, no quadro da União Soviética, resolveram a questão das nacionalidades reconhecendo os direitos dos povos e garantindo a paz por mais de 70 anos. Sendo hoje a Rússia um país capitalista, o seu posicionamento é determinado no essencial pelos interesses das suas elites e dos detentores dos seus grupos económicos e apesar de os orçamentos militares dos países da NATO serem dez vezes superiores ao da Rússia, não é expectável que a Rússia, cujo povo conheceu na história colossais agressões, venha a considerar aceitável que o inimigo esteja acampado nas suas fronteiras ou lhe faça um cerco militar por via de um ainda maior alargamento da NATO. Assim, consideramos que os esforços devem ser feitos no sentido de assegurar a paz. No quadro em que o conflito na Ucrânia está hoje colocado, a solução da paz só pode ser alcançada travando a escalada de confrontação da NATO, dos Estados Unidos e da União Europeia com a Rússia e contando com o contributo da Rússia para uma solução política e pacífica negociada. Defendemos esta posição com a coerência de quem sempre recusou a guerra e defendeu a paz como solução para os conflitos internacionais. Defendemos esses princípios quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, o Iraque, o Afeganistão, a Líbia ou a Síria. Voltamos a defendê-los hoje com a mesma convicção. A Bancada da CDU 25 de Fevereiro de 2022". -----

--- O Senhor Deputado Celestino Brasileiro tomou a palavra para declarar o seguinte: *“Para dizer que pelas razões que foram apresentadas pelo Deputado Municipal João Osório, e em nome da bancada da CDU, lembrar aqui que, em 2003, quando a CDU apresentou uma moção sobre a guerra iminente do Iraque, a votação foram quatro votos a favor, na altura da CDU e onze abstenções. Nestas abstenções incluíram-se, naturalmente, as abstenções do Partido Socialista. Lembrar, também, que nessa mesma Assembleia, a bancada do Partido Socialista apresentou uma moção sobre a guerra iminente do Iraque e que essa moção foi votada por unanimidade”*. -----

--- A Senhora Presidente da AM tomou a palavra, dizendo que concordava inteiramente com a moção de censura apresentada e declarou: *“Nós estamos com o povo russo e com o povo da Ucrânia, mas não podemos concordar de maneira nenhuma como o ataque que Putin está a fazer, quer à liberdade, quer à democracia, quer à verdade, portanto, somos veementemente contra aquilo que está a acontecer, em termos de um país que está a invadir outro país. Com que direito?”* -----

--- A Senhora Presidente da AM, no decurso da votação, pediu a todos um minuto de silêncio pelas vítimas, mulheres, crianças, homens que pela sua dor falta de proteção, segurança, privação do seu meio natural, da sua casa, dos seus pertences, do seu terreno, estavam a viver uma situação inimaginável no século vinte e um. -----

--- O Senhor Deputado João Osório interpelou a Mesa, invocando o artigo 29.º no seu ponto 2.-----

--- A Senhora Presidente da AM pôs à consideração do plenário a continuação dos trabalhos, dando cumprimento ao artigo 13.º do Regimento. O plenário foi unânime em continuar os trabalhos. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Foi dada a palavra ao cidadão João Serrano que frisou que estava de acordo com a afirmação da Presidente da Câmara em relação ao IC3. Possivelmente, iriam retomar um longo percurso, havendo da parte da comunidade civil disponibilidade para dar passos, bem como, acompanhar e ajudar, no sentido de pedir reuniões com os Presidentes das Câmaras de Almeirim, Chamusca, Barquinha e Constância e também com os Presidentes das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo. -----

--- O munícipe Joaquim Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que, relativamente aos valores de conservação dos imóveis dos legados, havia manifestamente a utilização de verbas de forma abusiva, sendo que, era considerado crime. Declarou que teria de haver responsabilidade pessoal em relação a quem o fez e que, caso o Executivo entendesse que não valia a pena fazer o apuramento sobre essa responsabilidade, poderia dizer que alguém o faria. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Eduardo Costa que esclareceu a sua intervenção, uma vez que a proteção de dados era uma matéria de interesse nacional. Salientou, ainda, que não interpelou nenhum deputado, simplesmente clarificou uma situação anterior, com dados concretos. -----

--- Interveio a Senhora Presidente da Câmara, começando por responder ao cidadão João Serrano afirmando parecer-lhe muito bem que a comunidade civil procedesse do modo que entendesse e que constituísse

uma força de pressão, no sentido de que a obra pudesse avançar. Tinha conhecimento que existiam constrangimentos relativamente à localização da travessia do Tejo, mas esse era um problema que os municípios estavam disponíveis para acertar, dentro das possibilidades do Governo para avançar rapidamente com a obra. Relativamente à questão do Senhor Joaquim Rosa do Céu, referiu que estava bem ciente da gravidade da situação em relação à gestão dos legados. Tinha intenção de aferir responsabilidades políticas sobre essa matéria. Frisou que se estava a elaborar um conjunto de documentos que visavam refletir a análise minuciosa sobre a gestão dos legados nos últimos anos e que se traduziriam num relatório final, que, depois de analisado, o Executivo tomaria as decisões que entendesse adequadas. -----

--- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Alzira Agostinho para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 00 horas e 21 minutos. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1º Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois. -----